HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: ABUSOS, PERSEGUIÇÕES, REPRESSÕES E O AVANÇO DO MOVIMENTO LGBT+.

Matheus de Oliveira Belin[1]

Ricardo Neumann[2]

Resumo: Ao trazer uma narrativa mais ampla da história da homossexualidade no Brasil, conseguimos observar como os vários acontecimentos históricos moldaram e formaram o pensamento e o comportamento social ante a comunidade LGBT+. Dando início com a sexualidade indígena e o choque de cultura com a chegada dos portugueses, passando pelas visitações da inquisição católica e as formas de punição positivadas em lei pelo estado português na época da colônia, nos aprofundamos nas grandes transformações que a república trouxe e as formas de repressão e perseguições cometidas na época da republica velha, estado novo e ditadura militar; seguindo essas transformações sociais nos debruçamos na tragédia e na evolução da epidemia de HIV/ADIS comprovando os estigmas criados sobre a comunidade por ser considerada uma praga para os gays. Os levantamentos bibliográficos sempre seguem os fatos históricos das grandes transformações nacionais, demonstrando como as mudanças sociais levaram a eclosão inicial do movimento LGBT+; observamos como a sexualidade interfere nas relações sociais, e como as instituições perseguiram e reprimiram o impulso da sexualidade humana.
Palavras-chave: homossexualidade 01. Sexualidade 02. Movimento 03. Minorias 04.

Abstract: By bringing a broader narrative about homosexuality in Brazil we are able to observe how the many storical events have shaped and transformed the social thought and behavior towards LGBTQI+ community. Commencing with the indigenous sexuality and the culture shock with Portuguese arrival, going through Catholic inquisition first arrivals and the manners of punishment established by Portuguese colony laws, we delved into the great transformations that the republic brought and the forms of repression and persecution committed during the old republic, new state and dictatorship military; following these social transformations, we look into the tragedy and evolution of the HIV / AIDS epidemic, proving the stigmas created over the community as it is considered a plague for gays. The bibliographic surveys follows up with the historical facts of the most important national transformation reaching up to the the beginning of the LGBT+ movement in Brazil; observing how sexuality interferes in social relationships and how the institutions have pursued and repressed the impulse of human sexuality.
Keywords: Homosexuality 01. Sexuality 02. Movement 03. Minority 04

[1] Acadêmico do curso história-licenciatura da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: mat.belin@hotmail.com.br

[2] Especialista/Mestre/ Professor (a) Ricardo Neumann Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

1.Introdução

A sexualidade humana sempre foi motivo de muitas discussões, pesquisas, perseguições e abusos. Por muitos anos na linha do tempo da história, governos e entidades religiosas procuraram coibir e reprimir esse impulso natural e intrínseco dos animais e do ser humano. Narrar a história da homossexualidade no Brasil também é observar o quanto a sexualidade rege e interfere na composição social e nas interações humanas. Passando pela organização e o comportamento sexual dos povos originários do Brasil, o seguinte trabalho busca fazer um breve sobrevoo em ordem cronológica na história da homossexualidade no Brasil, demonstrar o choque de culturas que ocorreu com a invasão dos portugueses, chegando na contemporaneidade e demostrando como se deu a evolução e as conquistas dessa comunidade que hoje é tão diversa. A homossexualidade é uma entre várias formas da sexualidade humana, então podemos dizer que essa história, é para a comunidade LGBT++ como um todo.

2.Indígenas e a Colonização portuguesa

A história como é conhecida pode ser contada de várias maneiras, dependendo de alguns fatores como visão de mundo e perspectivas sociais e culturais; ao pesquisar sobre a história da homossexualidade no Brasil temos que observar muito mais o passado do que o início do movimento LGBT+ em si e entender que as várias formas de expressão da sexualidade humana aqui já existiam e eram tratadas de forma totalmente diversa ao que a cultura cristã europeia pregava na época das invasões.

Ao chegar em território brasileiro o europeu e o indígena entram em uma forma de choque de culturas e a população indígena se deparou com um verdadeiro morticínio, uma população estimada em mais de dois milhões de habitantes foi reduzida aos poucos para cerca de oitocentos mil, que é a quantidade de índios que habitam o território nacional nos dias de hoje. (SCHWARS e STARLING, 2018 p.22)

A homossexualidade indígena e a forma com que as tribos brasileiras tratavam o tema foi motivo de muitas observações de navegadores, aventureiros e até mesmo em relatos dos primeiros padres que aqui chegaram. Segundo Fernandes (2016), quando vamos tratar sobre a homossexualidade indígena cabem algumas considerações sobre

terminologias utilizadas pelos colonizadores europeus, como a sodomia, pederastia e hermafroditismo, porém o autor nos alerta que essas palavras são sinônimos entre si, e que não devem ser entendidas como equivalentes ou iguais à expressão homossexualidade que utilizamos hoje, pois palavras são produtos do seu tempo e das motivações que a levaram a existir; o colonizador usa destas terminologias para manipular e assim habituar e normalizar os povos indígenas à sua forma de pensamento. (FERNANDES, 2016 apud FOUCAULT, 1988)

Com o avanço da colonização portuguesa no Brasil se tornou evidente a política de dominação e controle cultural e a Igreja católica logo inicia a saga para tentar "salvar" o maior número de almas dos assim chamados gentios, e a sexualidade indígena tornou-se quase uma obsessão do invasor português, pois procuravam controlá-la e discipliná-la, para que assim eles pudessem ser introduzidos no conjunto de súditos da coroa portuguesa. (FERNANDES, 2016)

A bibliografia demonstra que a homossexualidade indígena aparece em diversas formas e fontes desde o início da colonização do Brasil. Alguns personagens aparecem como fontes principais na narrativa da vida sexual indígena tais como, padre Manuel da Nobrega (1549), padre Pero Correia (1551), Jean de Léry e Gabriel Soares de Souza, que foram os primeiros a descrever o comportamento sexual dos indígenas. (FERNANDES, 2016)

O Explorador Gabriel Soares de Souza (1587) narra em um trecho de uma carta, o comportamento sexual dos índios tupinambás.

> São os tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam; os quais sendo de muito pouca idade têm conta com mulheres, e bem mulheres; porque as velhas, já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a fazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia, nem de noite. É esse gentio tão luxurioso que poucas vezes têm respeito às irmãs e tias, e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos, e alguns com suas próprias filhas; e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas, como já fica dito pelo que morrem muitos de esfalfados [cansaço]. [...] são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não têm por afronta; e o que se serve de macho, se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas. (FERNANDES,2016 p.17apud SOUSA, 2000 p. 235-236)

Quanto às relações entre dois homens, esta conta uma característica diferente, onde o homem que atua como ativo na relação é tido por valente e ao conseguir tal proeza tem a admiração e respeito dos demais membros da tribo.

O colonizador português usa a ideia do pecado e da salvação da vida após a morte para de alguma forma demarcar fronteiras entre o que era tido como natural ser feito, ou seja, o correto aos olhos da sociedade europeia da época.

A chegada dos portugueses provocou modificações na cultura, nos costumes e nas práticas indígenas, que para eles eram consideradas, naturais. Este processo de aculturação foi tomando consistência e a vida dos povos originários foi totalmente afetada pelas imposições dos colonizadores, que construíram uma falsa imagem de seres primitivos, agressivos e imorais. (BARBOSA e CECARELLI, 2019 p.02)

Essa fascinação e espanto pela sexualidade tão aflorada dos ditos selvagens deu abertura à ideia que levou à atroz política de miscigenação, que veio através de todas as formas de abuso e desrespeito à vida humana. Vale ressaltar que entre os indígenas os códigos sexuais não tinham em nem um ponto comparação com o puritanismo ocidental daquela época; podemos assim dizer que os indígenas conviviam em uma sociedade pansexual, que é a atração sexual ou romântica por qualquer sexo ou gênero. (TREVISAN, 2018 p.62)

A imagem de devassos foi construída pelo dominador europeu, pelo colossal contraponto entre a cultura europeia e a cultura indígena da época, pois diferente dos homens e mulheres do velho mundo os indígenas não carregavam tabus ou pecados na expressão de sua sexualidade.

A vida sexual entre os indígenas era tratada de forma fluida, como é demonstrado no relato de Carl von Martius que durante sua breve permanência entre os índios Guaicuru descreve a existência dos chamados cudinas, homens castrados, que se vestiam de mulheres e se entregavam totalmente a ocupações femininas como fiar, tecer, fabricar potes e etc. (TREVISAN, 2018 P.64)

Em outro relato o pesquisador alemão Avé-Lallement (1859) tenta demonstrar uma explicação de como era a divisão social entre homens e mulheres na tribo dos Botocudos.

> "Não havia homens e mulheres, mas homens-mulheres e mulheres-homens, pois a sua própria constituição física não variava muito de um sexo para o outro". Ao contrário do sistema patriarcal-ocidental, responsável pelos padrões de força no homem e de fragilidade na mulher, segundo a análise do sociólogo Gilberto Freyre, não distinguia dentro da tribo[...] uma acentuada diferenciação cultural entre o masculino e feminino[...] como costuma ocorrer na sociedade europeia. (TREVISAN, 2018 p.64 apud FREYRE, 1987)

Nesta constante fluidez sexual era normal na cultura indígena da tribo Bororó, o baito, ou casa dos homens, onde era permitida somente a entrada de homens que após passarem por provas severas de iniciação tinham a permissão de participar do mancebos, que nada mais era do que poder se relacionar sexualmente entre si. E segundo Trevisan (2018 p.68), isso acontecia com toda a naturalidade.

Com a evolução da colonização e uma maior entrada de estrangeiros deu-se a ideia de que nos trópicos os deveres morais e cristãos eram deixados de lado, e de que nada mais era proibido. Trevisan (2018 p.56) cita em se livro que durante o período holandês no século XVII a cidade do Recife tinha se tornado o maior centro de prostituição da América.

INQUISIÇÃO CATÓLICA SÉCULOS XVIII-XIX

A evolução da colonização portuguesa trouxe a corrida salvacionista que era a política da igreja católica nos trópicos onde padres jesuítas teriam que catequisar e uniformizar as tribos indígenas na fé cristã.

Com as missões a igreja católica começa a adquirir um poder maior no novo território e a inquisição também começa a atuar, tendo como um dos principais pecados a serem relatados ou confessados, o da sodomia. Mott (1997, p.509-510) publicou em seus estudos, os números de casos de sodomia durante as duas visitações da inquisição nos anos de 1591 e 1620, o número de casos registrados foi de 654.

Mesmo a igreja tendo o apoio da coroa portuguesa a relatos de algumas revoltas entre as tribos indígenas por terem perdido sua liberdade de se relacionar livremente. Com isso, a inquisição atua na área de coibir, proibir, e institucionalizar a ideia de que a sexualidade dos indígenas era pecaminosa e imoral.

A maioria dos casos de sodomia acorria entre os homens brancos e quando descobertos estes “pecados” o réu sofria um processo de investigação, onde era interrogado e caso não confessasse sofria tortura. Em relação as punições sofridas, vale destacar:

> As punições da inquisição brasileira foram as mais variadas. Haviam jejuns obrigatórios, orações especiais, retiros, uso de cilício, multas em dinheiro e açoites para os casos considerados mais brandos. Nos casos considerados mais graves, a punição materializava-se em confisco de bens, degredo para outra cidade, e a prisão. (TREVISN, 2018p. 149)

A inquisição católica nas colônias portuguesas possuía um certo sadismo em sempre buscar detalhes mais profundos dos pecados cometidos; as descrições eram muito meticulosas e após o ajuntamento das provas obtidas por meio de torturas e longos interrogatórios o réu era sentenciado e punido de acordo com as leis da igreja, posteriormente, a sodomia, ou pecado nefando se tornou crime e passou a ser punida pelas leis da coroa, com a reforma das ordenações Julianas por Felipe I de Portugal; as ordenações Filipinas entraram em vigor e perduraram até o fim do domínio português, ou a independência.

Ao longo da linha cronológica da história do Brasil temos que evidenciar alguns grandes pontos, como o intenso uso da mão de obra escrava - tanto indígena quanto africana, os ciclos econômicos e a vinda da família real para o Brasil. Esses acontecimentos históricos mudaram e alteraram a sociedade da época, muitos costumes e leis que não eram aplicadas com tano fervor passaram a ser mais severas com a chegada da família real.

Com medo da invasão de Napoleão a Portugal, D. João reúne a corte e na madrugada de 25 de novembro de 1807 e dá início ao plano de colocar em navios tudo e todos que dessem sustentação ao seu governo. A chegada da família real portuguesa em terras americanas muda e transforma em alguns pontos o comportamento social e a forma da aplicação das leis, que se torna mais rígida. (SCHWARS e STARLING, 2018)

A homossexualidade era considerada crime durante o Brasil colônia, pois as ordenações Filipinas que estavam em vigor traziam em seu código penal o crime de sodomia, ou pecado alimáris. Os artigos que descreviam o crime de lesa majestade do código penal de 1823, estão contidos no livro V e capitulo XIII

> Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo e pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memoria, e todos os seus bens sejam confiscados para a coroa do reino, posto que tenha descendentes: pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometeram crime de lesa majestade.

Com a fundação do império um novo código penal foi promulgado pelo então imperador D. Pedro I, e com isso a sodomia deixou de ser considerada um crime e perdeu a força de lei, então com isso podemos dizer que a descriminalização da

homossexualidade, ocorreu no ano de 1830. Porém, como vamos observar mais adiante no decorrer do texto foram encontradas formas “indiretas” de punir a homossexualidade, os chamados pecados e crime de lesa majestade foram transformados em atentados contra a moral, a família e os bons costumes.

FIM DO IMPÉRIO, INÍCIO DA REPÚBLICA

Durante o império o crime de sodomia perdeu a força de lei e por consequência as punições do estado, porém com o início da república e implementação da democracia, poucas coisas mudaram ou avançaram no campo dos direitos civis e das minorias. O movimento de proclamação da república não teve um levante com o apoio da grande massa populacional, mas sim das elites que buscavam manter o seu status quo e as tradições que o país não possuía e que insistentemente procuravam criar para assim se ter uma imagem ou um ideal de nacionalidade.

A República é parida através de um golpe de estado e com ela as promessas de uma nova organização social (que continuaram as mesmas), o poder continua centralizado na mão das elites nacionais, e com todos esses grandes acontecimentos se fez nascer uma nova lei penal, assim como aconteceu com a constituição (1891). Com isso, indígenas, negros e membros dos grupos LGBTQ+ continuaram a ser marginalizados e o estado elabora meios legais para punir e proibir tais práticas. As lutas por direitos civis e sociais não conseguiram crescer e florescer nesse período, pois mesmo com essas grandes mudanças, a maioria das classes sociais mais marginalizadas ou imorais, continuaram a serem consideradas uma “vergonha” para as elites dominantes.

Segundo Trevisan (2018 p.164), o novo código penal republicano nasce com a mesma carga de preconceitos, porém, com terminologias diferentes das anteriores, a figura jurídica que surge para caracterizar como crime o ato de ser homossexual é chamado de crime contra a segurança da honra e honestidade da família.

Terminologias podem ter o seu significado mudado de acordo com a moral social da época, mas se traçarmos um paralelo com muitas palavras e frases que são usadas para descriminar e ferir a comunidade LGBT+ na contemporaneidade, a moral

e os bons costumes e a defesa da família ressurgem, principalmente de líderes religiosos e políticos que pregam um discurso de ódio.

As penas previstas para quem cometesse esses desvios morais, ou quem praticava a homossexualidade e até mesmo para homens que se vestiam de mulher (travestis), era a prisão de até seis meses.

Analisando a linha cronológica da lei penal brasileira, em 1932, foi acrescido um parágrafo ao código penal, chamado de ultraje ao pudor, que proibia qualquer tipo de liberdade de expressão ligada às minorias, como panfletos, jornais, revistas, livros, periódicos, desenhos e etc.; qualquer meio de comunicação que ofendesse a moral pública era punida com a prisão e todo e qualquer material poderia ser recolhido por meio de ordem judicial. (TREVISAN, 2018 p.165-166)

Com o final da República velha e a instalação do Estado novo, a constituição de 1937 traz consigo o código penal que entrou em vigor no ano de 1940, que vale salientar que ainda está em vigor e rege o direito penal e processo penal brasileiro. Na época foi recebido como um anunciador de avanços e a ideia de consolidação da teoria positivista do direito. Porém, com o advento da Era Vargas, que pode ser considerada uma ditadura; e como toda ditatura, teve um poder executivo muito centralizado e quase absoluto; concretizou o poder de coagir e coibir os cidadãos, com o exército e a polícia, consumando assim censuras e prisões arbitrárias que foram muito comuns nessa época, tanto nos grupos considerados “imorais” ou contrários a ideologia do governo. Como Getúlio flertava com o fascismo europeu, proibiu toda e qualquer forma de liberdade de expressão ligadas à comunidade LGBT+; além das liberdades retiradas antes citadas, Vargas proibiu também qualquer representação cinematográficas, fonológicas ou teatrais relacionadas a formas de expressão que não fosse aceita pela moral e os bons costumes da época. (CASTRO, 2014 p.489-490)

Durante o governo de Getúlio, o Brasil se aproximou em muitos aspectos das ideias fascistas e por isso podemos observar muitas políticas contrárias aos direitos e liberdades civis. Como toda forma de se conseguir garantias e direitos vem através da luta e da resistência contra aquele que o oprime, a comunidade LGBT+ teve na história mundial e nacional seus marcos iniciais de revoltas e formas de protestar para a conquista de direitos básicos, como a liberdade.

Como grande parte do que acontece na cultura do Brasil vem de fora – por termos uma cultura considerada antropofágica, os fatos que transcorriam no continente europeu durante a Segunda Guerra Mundial somente pioraram as perseguições dos membros da comunidade LGBT+ em território brasileiro. Durante a segunda guerra e todos os anos em que o nazismo predominou na Alemanha os membros da comunidade foram perseguidos, presos e mortos em campos de concentração e de trabalho forçado.

No Brasil, no início da década de 40 as perseguições e as punições continuaram não somente contra militantes contrários ao governo de Vargas que foram presos, mas como citado anteriormente, leis aprovadas à época restringiam a liberdade de expressão e os meios de comunicação de darem qualquer margem a pessoas consideradas imorais.

Assim os homossexuais sofreram duras perseguições durante a ocupação nazista na Alemanha, além de humilhados e considerados criminosos, as pessoas condenadas pelos chamados "desvios morais" eram obrigadas a carregar em uma parte visível do seu corpo os triângulos. Que segundo Ferraz (2017) o triangulo rosa marcava os homens homossexuais, o triângulo preto as mulheres ditas associais ou gays, e o triângulo rosa e amarelo para marcar judeus homossexuais.

Figura 1 - Triângulos

Fonte: FERRAZ, 2017

Tanto o governo nazista como o governo de Getúlio usavam a expressão "desvio moral", para condenar quem não tivesse a sexualidade correta aos olhos da sociedade.

DITADURA MILITAR 1964-1985

Em meados do século XX, durante as décadas de cinquenta e início dos anos sessenta (1950-1960), o país passou por alguns leves e poucos momentos de liberdade e de equilíbrio institucional. Durante todo o governo de Juscelino, passando pela eleição de Jânio Quadros, o Brasil teve alguns respiros de democracia, porem após a

renúncia de Jânio - em agosto de 1961, o pais entrou em uma grave crise política, que resultou no golpe militar de 1964.

Com o golpe instituído e a tomada do poder pelos militares, a institucionalização do golpe resultou na revisão de algumas leis e o endurecimento de outras. Em 1969 foi decretado um novo código penal que trouxe meios legais de punir e retirar de circulação publicações, ou qualquer material que fosse considerado obsceno. A Lei n.5250 de 9 de fevereiro de 1967 ficou conhecida como a lei da imprensa, que trazia a pena de um ano de detenção além de multa de até vinte salários mínimos para quem divulgasse qualquer propaganda que não fosse aceita pela moral e os bons costumes (TREVISAN, 2018 p.165).

Foi durante os anos de chumbo da ditadura civil militar no Brasil que eclodiram no mundo os primeiros protestos relacionados à luta pelos direitos dos homossexuais. Um dos primeiros grandes marcos foi a revolta de Stonewall.

No dia 28 de Junho de 1969 em Stonewall in, Greenwich Village, Estados Unidos, durante o decorrer do dia, gays, lésbiscas, travestis e dreg queens, não suportaram a violência e a perseguição que vinham sofrendo da polícia local e iniciaram uma rebelião que durou seis dias, com protestos e manifestações públicas contra o tratamento violento e prisões arbitrárias. Este levante popular foi o marco zero da luta dos direitos LGBT+ e criou a base para o movimento em si, pois esse ato refletiu não só nos EUA, mas no mundo todo. (FERAZ, 2017)

Esta foto tirada por Marsha P. Johnson e Silvia Riviera durante a revolta de Stonewall demonstra a pluralidade da comunidade LGBT+ presente desde sempre. Por muitos anos a ala gay sempre foi a mais visada e esteve na mídia, porém, não somente os homossexuais sofreram ao longo da história, mas todas as letras presentes na sigla LGBTQI+.

Figura 2 – Revolta de Stonewall

Fonte: FERRAZ,2017

A revolta de Stonewall foi o estopim para os grupos começarem a se organizar no Brasil, mesmo que um pouco mais tarde.

Com o exemplo ocorrido nos Estados Unidos se iniciam alguns movimentos e organizações no Brasil, mas durante o início dos anos setenta (1970) a ditadura militar estava em seus anos de auge e a comunidade LGBT+ não pôde ter um confronto direto contra os abusos do Estado. A forma encontrada para dar o ponta pé inicial foi o de informar a população sobre questões sociais, sexuais e educacionais e também servia como um canal de denúncia do que estava ocorrendo nos porões da ditatura. Assim nasceram o jornal O Lampião da Esquina e o movimento lésbico, com o grupo "Chanacomchana", ambos abertamente gays. Posteriormente outros grupos de organizam, e iniciam a luta pelos direitos civis. (FERRAZ,2017)

O marco inicial do movimento LGBT+ no Brasil foi quando a população local de um bairro de São Paulo expulsou um grupo de mulheres lésbiscas, do bar Ferro's, onde ocorriam reuniões para se organizar e discutir como seriam os materiais de protesto. Assim eclode uma união dos grupos gays da época.

Após o fato ocorrido no bar Ferro's também em São Paulo surge o grupo SOMOS, grupo de afirmação homossexual, a imagem a seguir mostra uma das primeiras manifestações que eclodiram pela perseguição e pela violência que o governo e a sociedade estava impondo para a comunidade. O grupo se opunha diretamente ao estado, e com o passar do tempo e a evolução do movimento, as siglas se uniram, e surgiu assim o movimento LGBT+.

Figura 3 – Grupo SOMOS

Fonte: O Globo, 2020

HIV/AIDS -1980-2000

A comunidade LGBT+ sempre carregou consigo estigmas e o preconceito de ser tudo que a sociedade considerava como não-natural, com isso, vários psiquiatras criaram teorias e tentaram explicar e teorizar este impulso natural que é a sexualidade humana.

O termo homossexualismo, que tem uma conotação de síndrome ou doença foi imposto a todos que tinham uma orientação diferente da heterossexualidade. Somente no início da década de 1990 a OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou o termo da lista de doenças ou problemas relacionados a saúde.

Desta forma, muitos foram internados em hospícios ou sofreram tratamento de conversão, um assunto que é discutido até hoje por alguns grupos de pastores e

psicólogos. Os tratamentos foram muitos e variados, desde mudanças bruscas de temperatura corporal, a eletrochoques e o pior dos tratamentos que foi a lobotomia, onde se retirava um pedaço do lóbulo frontal do paciente. (TREVISAN, 2018 p.177-178)

Com tudo isso a comunidade era unida em prol da causa de afirmação sexual, mas mesmo lutando contra o estigma de não-natural ou até mesmo ser considerado doente mental, a ideia de que a homossexualidade era uma doença se intensificou após o início da epidemia de HIV, e com isso, muitos grupos de extremistas iniciaram uma perseguição às pessoas LGBTQI+.

É muito importante frisar o estigma de doente que a sociedade impôs e que é carregado pelos membros da comunidade LGBT+, pois além de serem enquadrados como doentes mentais, a AIDS trouxe a ideia de que uma maldição ou uma praga fora lançada pelas imoralidades cometidas pela comunidade. E a luta que se iniciou para a afirmação da sexualidade e a conquista de direitos civis, se transformou em uma luta pela vida. (FERRAZ, 2017).

A imagem a seguir traz um cartaz divulgado nas ruas de São Paulo na década de oitenta, a epidemia de HIV/AIDS serviu para aumentar o discurso de ódio e o medo.

Figura 4 – Cartaz HIV/AIDS

Fonte: O Globo, 2020

No início da epidemia de HIV/AIDS (HIV- Sigla em inglês para, vírus da imunodeficiência humana / AIDS - Sigla em inglês para síndrome da imunodeficiência adquirida) não havia informações de como era transmitida ou nem mesmo de que se tratava de um vírus. A doença foi se espalhando rapidamente e os números de casos e mortos só aumentavam. Nenhum tratamento surtia efeito. (MENDES, 2020)

Como a comunidade gay foi a mais afetada com esta nova e desconhecida doença, a AIDS foi apelidada de “câncer gay” ou “praga gay” e com isso, durante o final da década de oitenta início dos anos noventa (1980/1990), o pânico da AIDS atingiu o seu pico e beirou ao descontrole. Com a histeria popular e pânico de uma doença desconhecida, a pratica homossexual é apontada como grande vilã. E com o número crescente de mortes, um culpado foi elegido como bode expiatório, como sempre acontece nas grandes calamidades públicas; deste seio nascem as fobias; a homossexualidade se tornou maldita. (TREVISAN, 2018 p.412)

Muitos filmes e series abordam e demonstram como foi a realidade vivida pela comunidade LGBT+ da época e a inercia do poder público, que foi proposital, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Filmes como The Normal Heart (2014, Estados Unidos), Cazuza (2004, Brasil) e Meu nome é Jacque (2016, Brasil) abordam o tema HIV/AIDS de forma muito realista; Demonstrando como se deu e como foi a evolução da epidemia, e as medidas tomadas ante a essa tragédia.

Segundo Trevisan (2018, p.413) uma frase representa muito bem o ódio que a sociedade carregava “contribua para o progresso da humanidade, mate um gay por dia”. A fobia da AIDS tomou conta da população brasileira e o poder público brasileiro lavou as mãos para a os membros mais afetados pela síndrome.

Com todo o preconceito, pânico e a falta de informações, vários militantes pelos direitos homossexuais foram ameaçados e até mesmo as autoridades faziam ameaças veladas através da televisão ou rádio. Para Trevisan (2018, p.413) a epidemia passou a ser utilizada como uma arma política contra a comunidade, e isso fica claramente evidenciado quando o chefe do departamento de doenças infecciosas da faculdade de medicina da USP vai a público e denuncia o “comportamento indevido” dos homossexuais, e para concluir a sua fala o doutor Vicente Amato, afirma que os doentes e contaminados pela doença deveriam ser entregues as ONGs e aos grupos que lutavam pelos direitos dos homossexuais.

A repercussão da sua fala foi tamanha que o governo de São Paulo começou a organizar e discutir medidas profiláticas contra o vírus, porém a sua fala lhe concedeu o cargo de chefe da comissão científica do programa estadual da AIDS. As determinações ocorreram somente em áreas frequentadas por gays, como cinemas, saunas e bares voltados para a comunidade. Somente após o avanço dos estudos e a descoberta de casos em pessoas heterossexuais, os órgãos públicos dobraram esforços para achar alguma forma de controlar a doença.

Muitas personalidades famosas do Brasil morreram na epidemia de AIDS, como Renato Russo, cantor e compositor, Cazuza, um dos maiores cantores e compositores da música brasileira, Cazuza em suas músicas tenta demonstrar alguns aspectos da sua luta contra a doença, como na música ideologia, que traz a frase "O meu tesão, agora é risco de vida". Por não esconder a sua sorologia, Cazuza se tornou um símbolo da luta contra a AIDS e após a sua morte, a fundação Cazuza auxilia e dá acolhimento para pessoas soro positivas.

Com o avanço da epidemia a AIDS não trouxe consigo só morte e a histeria popular, mas serviu também como um estopim para o recrudescimento de preconceitos e os crimes de ódio contra os homossexuais. Mesmo se passando mais de vinte anos do pico da epidemia de HIV/AIDS, a síndrome continua sendo um problema grave no cotidiano da comunidade LGBT+. Algumas representações sociais que identificam os homossexuais como vilões ainda permanecem e fazem com que os estigmas e preconceitos decorrentes da associação AIDS-homossexual ainda continue presente na vida de muitos de forma individual. (TERTO, 2002 p.02)

Somente no início da década de 1990 que foram descobertos antirretrovirais capazes de conter o avanço da infecção. Nos dias atuais já tivemos algumas promissoras notícias de pessoas que conseguiram se curar completamente com o uso de tratamentos ainda na fase experimental mesmo com a descoberta dos medicamentos capazes de controlar o avanço da doença no âmbito coletivo a epidemia ainda se impõe como um problema, pois muitas pesquisas mostram um aumento das infecções entre jovens com faixa etária de 16-29 anos. (TERTO, 2002 p.02)

Em 2017 um estudo do ministério da saúde demostrou que a taxa de detecção cresceu 133% dos períodos de 2007 a 2017. Segundo Trevisan (2018 p. 414), muitas medidas de propaganda e de como se fazer sexo seguro foram implementadas pelo

governo, porém, as alas mais conservadoras como bispos da igreja católica, foram contra essas campanhas de educação sexual, julgando ser imoral apresentar aquelas informações à sociedade.

Contemporaneamente existe um consenso entre os infectologistas de que a melhor forma de tratar a epidemia de HIV/AIDS é informando a população e ensinando sobre as doenças sexualmente transmissíveis. O Brasil se tornou um dos países exemplo no tratamento da epidemia; os medicamentos antirretrovirais são distribuídos gratuitamente pelo SUS e a pessoa que descobre a sua sorologia tem um total acolhimento na saúde pública.

O vírus do HIV ainda é uma realidade muito presente na comunidade LGBT+, porém, como vimos anteriormente, a discussão sobre os direitos a tratamentos de saúde e atendimentos adequados levaram o movimento a levantar muitas bandeiras dos direitos humanos.

Estima-se que até 2005 mais de 3,1 milhões de pessoas morreram de AIDS no mundo e no Brasil durante os anos de 1980 e 1995 ocorreram mais de 103 mil mortes. Considerando que os medicamentos antirretrovirais só se tornaram efetivos a partir de 1995, onde o número de mortos começou a cair. (REIS et al, 2007 p.107)

A história e a memória se tornaram importantes instrumentos para a comunidade LGBT+, pois se tornaram instrumentos políticos para evolução do movimento. Isso se tornou mais evidente pela resposta da comunidade na epidemia de HIV/ADIS (1980-1990) e trouxe consigo uma onda progressista, de libertação e luta contra a onda conservadora. (BERTOLOZZI, 2019 p.692)

AS LUTAS POR DIREITOS CIVÍS NO SÉCULO XXI

Mesmo com todas as correntes seguindo contra, a comunidade LGBT+ conseguiu se fortalecer e levantar importantes bandeiras para a luta por direitos civis. Historicamente a sociedade brasileira é preconceituosa e conservadora, porém, nos últimos anos, grandes avanços foram conquistados para se tornar concreta a reinvindicação de alguns direitos que são básicos.

O movimento LGBTQI+ tem em sua pauta de lutas alguns pontos principais, como a criminalização da LGBTfobia, fim da criminalização da homossexualidade -

em países onde a lei ainda permite a condenação de homossexuais, reconhecimento da identidade de gênero, despatologização das identidades trans, e a retirada da transexualidade como transtorno mental ou doença da lista de transtornos da OMS, fim da cura gay, casamento civil igualitário e a permissão de adoção por casais homo afetivos. (FERRAZ, 2017)

No ano de 2019 pudemos assistir o Supremo Tribunal Federal, decidir pela criminalização da homofobia e atrelado a esse processo, o julgamento de omissão legislativa; que acusava o congresso nacional de se omitir de discutir temas ligados à comunidade LGBT+. Vale lembrar que a primeira e única vez que o congresso nacional legislou sobre a união civil homo afetiva foi em 1997, e após essa votação, nem um presidente da casa legislativa voltou a pautar o assunto para discussão. (TREVISAN, 2018 p.159)

Dois acontecimentos históricos marcaram a comunidade LGBT+ e nenhum deles foi por iniciativa da casa dos representantes do povo. Para a conquista destes direitos os grupos tiveram que recorrer ao judiciário. Para isso se tornar realidade, os ativistas ingressaram com ações no Supremo Tribunal Federal.

Com isto, em 2011 por meio de uma ADI (arguição de descumprimento de preceito fundamental), os grupos LGBTQI+ que ingressaram com o processo conseguiram a maioria do tribunal para conquistar a união civil, ou a união estável, esse acontecimento foi de grande importância, pois, casais que já tinham construído uma vida juntos, teriam alguma garantia legal como a divisão de bens, direito à pensão, entre outros pontos.

Com isso, ficou claro que o poder legislativo iria retirar a sua responsabilidade de cuidar dessa minoria social, criando e aprovando leis para a proteção deste grupo vulnerável.

Usando dessa omissão legislativa, os grupos de defesa dos diretos LGBT+ entraram com duas ações na suprema corte pedindo para que os crimes de homofobia se equiparassem ao crime de racismo, e por maioria a corte reconheceu a omissão do congresso nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais ligadas a comunidade LGBT+. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, algumas conquistas ocorreram pela via judicial, juntamente com a união civil e a criminalização da homofobia, em alguns estados e municípios já ocorre o registro do nome social e o programa de cotas para pessoas trans. Por ser considerado um grupo vulnerável, ou minoria social, a comunidade LGBT+ necessita de atenção especial dos legisladores do congresso nacional, porem como observamos anteriormente a casa legislativa sempre se omitiu de proporcionar qualquer garantia legal, ou forma de proteção contra os crimes de ódio. Seja por meio de omissões ou abusos diretos, o estado brasileiro sempre foi o culpado por lavar as mãos para os grupos considerados a margem da sociedade ou minorias sociais.

A história da homossexualidade é marcada por perseguições, abusos, omissões e uma forte repressão do impulso natural da sexualidade humana, mesmo sendo considerada uma minoria social e um grupo de vulneráveis, a resistência e a luta sempre se fizeram presentes na comunidade. Hoje vemos o quão importante é a representatividade e a voz das pessoas que lutaram e deram a cara a tapa em tempos sombrios como durante a ditadura, ou a inquisição durante a colônia, os indígenas nos mostram que a sexualidade não deve ser reprimida e sim fluída e constante.

A história contada não traz consigo somente os homens gays, mas toda essa diversidade presente nos seres humanos, assim como na natureza, não devemos julgar ou uniformizar este impulso, mas compreender e entender como algo intrínseco ao homem e o animal.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZI, Ramomm Matheus. Mosaico de purpurina: revisando a história do movimento LGBT no Brasil. **Reciis**, n.13, Jul/Set, Brasília, 2007. Disponível em <

http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1021594/1831-7358-1-pb.pdf> acesso em 06 nov 2020

BARBOSA, Kelvin Modesto Carvalho. CECCARELLI, Paulo Roberto. A manifestação da sexualidade indígena em um conto erótico. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n 52, Jul-Dez, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372019000200011#:~:text=Aos%20poucos%2C%20o%20processo%20de,como%20primitivos%2C%20agressivos%20e%20imorais.> Acesso em: 20 out 2020.

CASTRO, Flavia Lages. História do direito geral e Brasil. 10º ed, **Lumen Juris**. Rio de Janeiro, 2014.

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico – bibliográfico. **Aceno**, Porto Velho, n 5, v.3, p. 14-38, Jan-Jul, 2016. Disponível em < file:///C:/Users/Home-Pc/Downloads/3849-Texto%20do%20Artigo-12580-1-10-20160912.pdf> Acesso em: 25 out 2020.

FERRAZ, Thais. Movimento LGBT: a importância de sua história e do seu dia. **Politiz**, Florianópolis, 2017. Disponível em < https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20movimento%20LGBT,militar%20(1964%2D1985).&text=O%20peri%C3%B3dico%20frequentemente%20denunciava%20a,Ferro's%20Bar%2C%20frequentado%20por%20l%C3%A9sbicas.> Acesso em: 25 out 2020.

FEDERAL, Supremo Tribunal. STF Enquadra homofobia e transfobia como crime de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2019. Disponível em < https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> Acesso em: 25 out 2020.

A história do movimento LGBT brasileiro. **O Globo**. 17/Junho/2020. Disponível em < https://gente.globo.com/a-historia-do-movimento-lgbt-brasileiro/>

MOTT, Luiz. Homo afetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 14, mai/ago, p. 509 - 521, 2006. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf> Acesso em: 20 out 2020.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. Brasil, uma biografia. 2ª ed. **Companhia das Letras**, São Paulo, 2018.

TERTO, Veriano Jr. Homossexualidade e saúde: Desafios para a terceira década de pandemia de HIV/AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n 17, v. 8, 2002. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100008&lng=en> Acesso em 27 out 2020.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. 4ª ed**. Objetiva**, Rio de Janeiro, 2018.

REIS, Ana Cristina; SANTOS, Elizabeth Moreira; CRUZ, Marly Marques. A mortalidade por ADIS no Brasil: um estudo exploratório de sua evolução temporal. **Epidemiologia e serviços de saúde**. v.16, n.3, Brasília, 2007. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000300006> acesso em 06 nov 2020